

FINANCIAMENTO DO SKATE E SEUS EFEITOS NA INFRAESTRUTURA E NA ESPORTIVIZAÇÃO DA MODALIDADE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

SKATEBOARDING FUNDING AND ITS EFFECTS ON INFRASTRUCTURE AND SPORTIFICATION: A SYSTEMATIC REVIEW 

FINANCIAMIENTO DEL SKATE Y SUS EFECTOS EN LA INFRAESTRUTURA Y LA DEPORTIVIZACIÓN DE LA MODALIDAD: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA 

 <https://doi.org/10.22456/1982-8918.153615>

 **Gabriela Cardoso Machado*** <gabrielacardosomachado@gmail.com>

 **Ana Kelly de Moraes Silva Belato*** <anakellymsbelato@gmail.com>

 **Fernando Mascarenhas*** <fernando.masca@outlook.com>

* Universidade de Brasília (UnB). Brasília, DF, Brasil.

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar os investimentos públicos e público-privados para a modalidade skate. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática segundo o protocolo PRISMA2020, em bases nacionais e internacionais, considerando publicações a partir de 2003, ano de idealização da *International Skateboarding Federation (ISF)*. Foram incluídos artigos em português e inglês que relacionavam skate e políticas de financiamento, analisados por meio de categorias criadas *a posteriori*. Os resultados evidenciam que os aportes financeiros ampliaram a infraestrutura para a modalidade, mas também funcionaram como mecanismos de disciplinamento urbano e de esportivização da prática, com incidência internacional de investimentos em arranjos híbridos (público-privado). Conclui-se que tais investimentos configuram campo de tensões entre resistência cultural, captura mercadológica e legitimação política da modalidade.

Palavras-chave: Skate. Políticas públicas. Financiamento.

Recebido em: 12 fev. 2026
Aprovado em: 30 ago. 2026
Publicado em: 16 out. 2026



Este é um artigo publicado sob a licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

1 INTRODUÇÃO

Historicamente associado a práticas juvenis urbanas e a formas alternativas de uso do espaço público, o skate nas últimas décadas passou a ocupar um lugar cada vez mais visível na agenda das políticas públicas de esporte e lazer de forma global. A expansão de investimentos estatais em equipamentos específicos, como *skateparks*, bem como a incorporação da modalidade em programas e projetos governamentais e em eventos esportivos de grande escala, expressa um processo de institucionalização que reconfigura seus sentidos sociais e políticos. Tal movimento ocorre em um contexto marcado por disputas entre a lógica auto-organizada do skate e as formas de regulamentação, financiamento e controle sobre a prática, típicas da atuação estatal e da lógica mercadológica (Turner, 2013).

O skate enquanto prática sociocultural que ressignifica o ambiente construído, transforma a materialidade da cidade, como escadas, bordas e superfícies planas, em um vasto *playground* de alta performance e criatividade, e faz dessa apropriação do espaço público, algo intrinsecamente político, pois desafia a funcionalidade hegemônica dos espaços urbanos, que são frequentemente projetados para inibir atividades que não se alinham com os ritmos do consumo e da produção capitalista das metrópoles (Hölsgens; Glenney, 2025; Wardhana; Ellisa, 2023; Gazères, 2023; Böes; Amaral, 2018).

Nas últimas décadas, o skate tem passado por um processo complexo de globalização, comercialização e institucionalização enquanto prática esportiva, culminando com sua inclusão em grandes eventos, como os Jogos Olímpicos. Essa transição de "esporte de rua" para o "palco olímpico" e a crescente profissionalização e visibilidade da modalidade, colocam em evidência o papel dos investimentos para a prática (Lee; Tak, 2025). Nesse contexto, a crescente inserção do skate em estruturas esportivas formais, incluindo os Jogos Olímpicos, intensificou disputas em torno dos sentidos, formas de organização e significados socioculturais da modalidade. A construção de pistas de skate e a oficialização de entidades representativas globalmente, sinalizam um reconhecimento governamental e uma tentativa de incorporar a prática em estruturas formais. Tais ações, embora possam oferecer espaços apropriados para o aperfeiçoamento e futuras carreiras promissoras aos praticantes, simultaneamente geram discussões sobre a possível perda da autenticidade subversiva do skate e sua adaptação aos enquadramentos socioculturais dominantes (Gazères, 2023; Lee; Tak, 2025).

A literatura crítica internacional tem indicado que o skate não pode ser compreendido apenas como subcultura juvenil ou como prática esportiva dissociada das transformações estruturais do capitalismo contemporâneo. Dinces (2011) argumenta que a resistência histórica do skate está relacionada à sua capacidade de operar uma "oposição flexível", na qual elementos de resistência cultural coexistem com processos de mercantilização.

¹ Diferente dos recursos públicos provenientes exclusivamente de incentivo estatal, nas parcerias público-privado os recursos são compartilhados, podendo envolver múltiplos atores (Estado, empresas, ONGs), tendo apelo por visibilidade e retorno simbólico e é frequentemente associada ao empreendedorismo urbano ou *city branding*.

Embora o investimento público não se limite à infraestrutura, ele reflete variados interesses, que podem incluir desde a promoção da saúde e do lazer até a valorização de áreas urbanas e a captação de um nicho de mercado e de visibilidade internacional para a modalidade (Lee; Tak, 2025).

Com isso, para compreender como as esferas governamentais interagem com as culturas urbanas e como essa interação molda o desenvolvimento da modalidade, faz-se necessária a análise das políticas de investimentos para o skate e seus desdobramentos. Desta forma, fez-se necessária uma revisão da produção científica acerca das políticas de investimento para o skate, buscando compreender as relações entre investimentos públicos e público-privados e os processos de institucionalização, esportivização e reconfiguração sociocultural da modalidade. Os objetivos específicos deste estudo são analisar os investimentos híbridos (públicos e público-privados¹) para o skate, bem como compreender os impactos desses investimentos para a modalidade.

2 METODOLOGIA

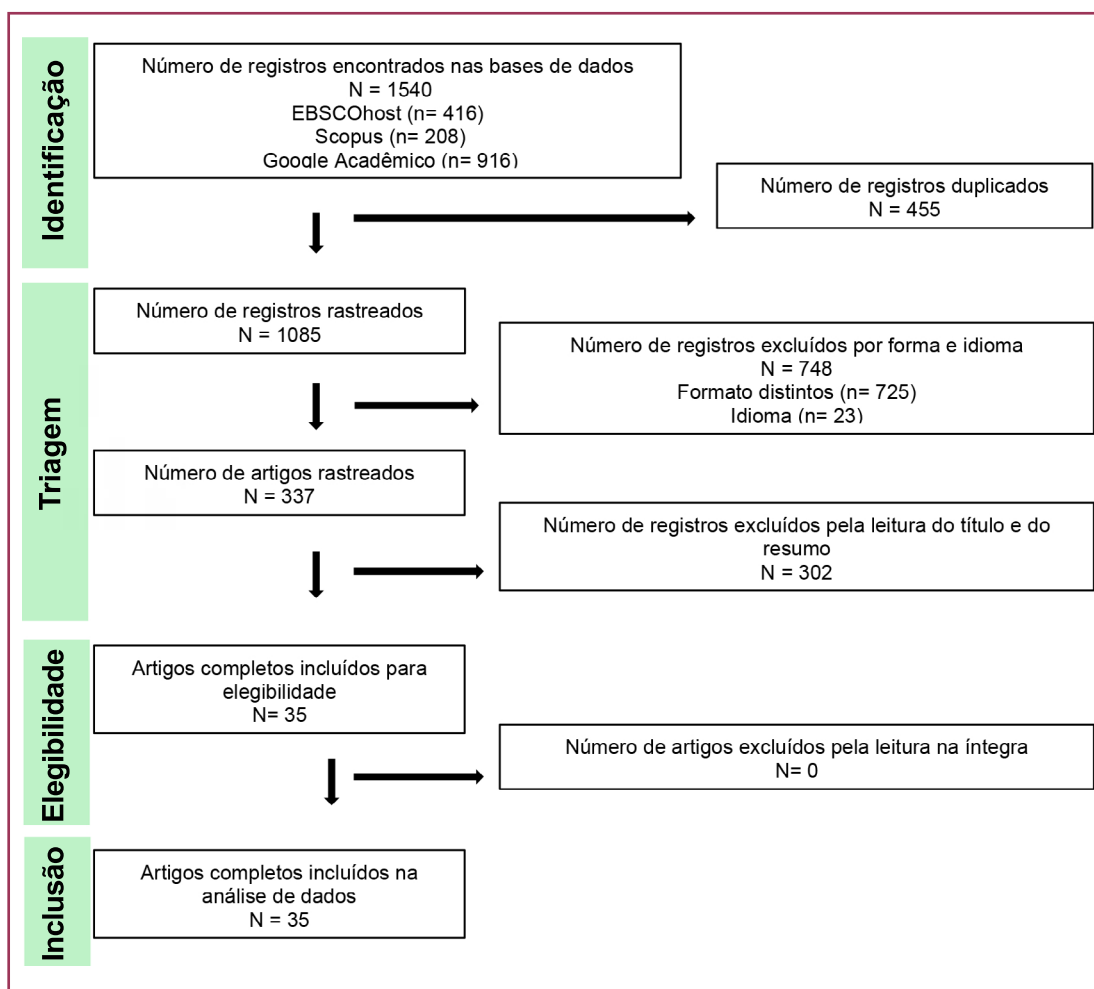
Este estudo é uma pesquisa de revisão sistemática de literatura científica nacional e internacional e que tem como referência o protocolo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) versão 2020². A produção científica, objeto desta análise, foi delimitada nas bases de dados: Academic Search Premier (ASP), MEDLINE e SPORTDiscus³, no Scopus e no Google Acadêmico. Foram incluídos estudos a partir de 2003, ano em que foi criada a *International Skateboarding Federation* (ISF) com 32 países vinculados, o que representou um marco na institucionalização da modalidade, possibilitando uma maior relação com o Estado (CBSk, 2020).

Os termos utilizados na recuperação dos dados foram: skate e skatista nas buscas restritas ao idioma português; e *skateboarding* e *skateboarder* na recuperação dos textos em idioma inglês. Foram computados todos os textos nos dois idiomas que apresentavam um dos termos de busca no título. Como critérios de inclusão foram adotados: artigos na íntegra que relacionavam skate e financiamento (público e privado). Para fins de exclusão: trabalhos em diferentes formatos; artigos de revisão de literatura; artigos não disponíveis online; e artigos em outros idiomas. Essa fase de avaliação foi executada de maneira independente por dois pesquisadores e eventuais discordâncias foram solucionadas em diálogo de consenso entre eles. O fluxograma abaixo, figura 1, apresenta o detalhamento do processo de recuperação da produção científica.

² Page *et al.*, 2021; Galvão; Pansani; Harrad, 2015.

³ Todas as três bases anteriores são indexadas na EBSCOhost.

Figura 1 - Detalhamento da recuperação da produção científica.



Fonte: Elaboração própria (2025).

Os dados dos artigos foram abordados a partir da Análise de Conteúdos (Bardin, 2011), dando origem a duas categorias que são apresentadas e discutidas na sequência, quais sejam: investimento público e reestruturação do espaço público; a relação entre o financiamento público e privado no skate.

3 INVESTIMENTO PÚBLICO E REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA E CULTURA DO SKATE

Os investimentos públicos na construção de *skateparks* representam uma das dimensões mais recorrentes nos estudos analisados sobre skate e políticas de financiamento público ou público-privado, revelando tanto o reconhecimento da modalidade como prática esportiva e cultural quanto a tentativa de enquadrá-la na lógica de disciplinamento do espaço público. A literatura investigada mostra que tais investimentos, longe de serem neutros, são atravessados por diferentes interesses políticos, econômicos e sociais, ora voltados à ampliação da infraestrutura e à promoção de políticas de juventude, ora vinculados ao controle do espaço urbano e à busca de legitimidade política. Em alguns casos, as obras de construção de *skateparks* surgem como resposta às pressões comunitárias dos próprios skatistas, em outros, constituem iniciativas estatais voltadas à reorganização da cidade e à normatização

da prática. A formalização da prática do skate, portanto, está intimamente ligada a esses arranjos, que oscilam entre incentivo e contenção.

Embora os diferentes contextos apresentem especificidades institucionais e socioculturais, ambos convergem ao demonstrar que os investimentos públicos em skateparks não se restringem à ampliação da infraestrutura esportiva, mas também envolvem à regulação dos usos do espaço urbano, à gestão das políticas voltadas à juventude e à redefinição dos sentidos atribuídos à prática. Nesse cenário, a construção de equipamentos especializados frequentemente se articula a processos mais amplos de institucionalização e esportivização da modalidade, ao mesmo tempo em que suscita formas de resistência e apropriação autônoma por parte dos praticantes.

No contexto australiano, esse movimento aparece na investigação de O’Keeffe e Jenkins (2022) sobre o Skate Melbourne Plan (2017–2027). Os autores analisaram que o referido plano reconheceu a relevância do skate e incluiu a construção de novos equipamentos como parte da política urbana de Melbourne. Contudo, ao mesmo tempo em que o plano previa a expansão da infraestrutura, adotou estratégias de exclusão em áreas centrais da cidade, como na reforma da praça Lincoln Square, onde foram instalados dispositivos de arquitetura hostil. Essa reforma custou cerca de 450 mil dólares e deixou evidente que, embora o discurso fosse de promoção esportiva, o objetivo prático era retirar skatistas do centro da cidade, transferindo-os para áreas periféricas.

O mesmo foi identificado no estudo de Kellett e Russell (2009), que reforçam esse caráter ambivalente ao mostrarem que conselhos locais, de cidades australianas, investiam na construção de pistas, com a intenção tanto de promover a modalidade, por meio de um modo de recreação comunitária, como também gerenciar o uso do espaço urbano ao restringir o uso de alguns locais centrais na tentativa de afastar os skatistas da rua. Assim, a formalização da prática derivada desses projetos esteve estreitamente vinculada à necessidade de disciplinar a juventude e regular o espaço público nesses locais.

Nos Estados Unidos, por sua vez, a literatura investigada mostra que a ambivalência entre a promoção e contenção é ainda mais acentuada. Beal *et al.* (2017) descrevem a construção de grandes parques na Califórnia, como o Bay Area Skate Park, financiado por recursos municipais, e o Lake Cunningham Skatepark, em San Jose, que recebeu cerca de 4,8 milhões de dólares em aportes estaduais e municipais. O caso de San Jose, embora se configurasse como um dos maiores *skateparks* do país, trata-se de um espaço tarifado, cercado e rigidamente regulado, o que evidencia como a formalização pode resultar em exclusão, ao transformar a infraestrutura em empreendimento comercializado. Em contraste, o Town Park, em Oakland, surgiu como iniciativa comunitária e não contou com financiamento público, o que reforça que nem sempre os investimentos públicos correspondem às demandas da comunidade.

Ainda no âmbito americano, o estudo de Carr (2010) mostra que em Seattle nos Estados Unidos os skatistas, após anos de repressão e invisibilidade, se

organizaram politicamente e viabilizaram a elaboração do Seattle Skatepark System Plan em 2006. Na época a prefeitura destinou cerca de 900 mil dólares, para iniciar a construção de 26 *skateparks*. O exemplo é significativo porque revela um modelo de investimento público que só se concretizou em resposta à pressão social organizada, configurando os skatistas como agentes políticos de negociação.

Sob uma ótica semelhante, o estudo de Machemehl *et al.* (2019), mostra que na cidade de Rouen começaram a surgir conflitos entre os praticantes e os moradores incomodados com o barulho e uso dos espaços públicos centrais, o movimento dos skatistas utilizou desta questão para pressionar a prefeitura, que financiou uma pista ao ar livre, inaugurada em 1998, mas a modalidade não era uma prioridade na agenda do governo local e passou a envolver iniciativas híbridas público-privadas.

A experiência canadense reforça essa mesma contradição entre incentivo institucional e controle da prática. O estudo de Ross (2022) mostra que em Halifax, apesar da criação e melhorias de pistas de skate, as regulamentações municipais para a prática são muito restritivas, havendo uma forte regulação sobre os itens de segurança, como o uso de capacete. Raupach (2014), ao analisar Vancouver, ressalta a existência de políticas de policiamento e reestruturação de espaços urbanos centrais para inviabilizar a prática do skate, paralelamente, a construção de *skateparks* em áreas mais distantes. No entanto, o autor afirma que andar de skate nas ruas de Vancouver ainda é parte integrante de uma cultura local que resiste. Shannon e Werner (2008) descrevem o caso de uma pequena cidade canadense onde um grupo de jovens improvisou rampas em um estacionamento e, após pressão comunitária, viabilizaram a construção de uma instalação permanente financiada com recursos municipais. Esse caso mostra que apesar do investimento ser modesto, revela a capacidade de negociação e de resistência da comunidade, ainda que sempre em condições de subordinação a regras e restrições legais.

No cenário brasileiro, essas tensões também se manifestam, uma vez que os investimentos públicos envolvem a articulação entre contenção da prática, mobilização comunitária consistente e a busca por legitimação política. Em Belém do Pará, no norte do país, o estudo de Gomes, Oliveira e Bahia (2016) apontam que os recursos foram esporádicos e sempre motivados por pressões dos skatistas, como a construção de pistas em 1988 e 2002. Já no sul do país, na cidade de Blumenau em Santa Catarina, Brandão (2016) aponta que alguns investimentos públicos isentos de parceria só vieram, posteriormente, à descriminalização da prática ocorrida em meados de 2007. A partir do apoio de deputados e vereadores de partidos de esquerda com emenda orçamentária, foi construída uma nova pista pública no Parque Ramiro Ruediger em 2009. Este momento representou uma mudança de intencionalidade mais positiva em relação à prática nessa região, evidenciada também pelo investimento da prefeitura e da Fundação Cultural de Blumenau na realização do filme “Vale Skate Movie 3”, lançado em 2014 após três anos de produção.

No caso brasileiro, em São Paulo, o cenário foi mais expressivo, segundo estudos de Brandão (2014, 2008) e Machado (2012, 2021), durante a gestão de Marta Suplicy (2001–2004) foram construídas mais de 60 pistas públicas, muitas delas em

Centros Educacionais Unificados (CEUs). Esses investimentos tinham como objetivo não apenas atender às demandas da comunidade, mas também legitimar politicamente a gestão, reduzir conflitos urbanos e promover inclusão social. Machado (2021) e Brandão (2012) apontam ainda que a construção de pistas de skate em São Paulo, durante a gestão de Fernando Haddad (2013–2016), foi mais evidenciada pela lógica de esportivização e reorientação dos usos do espaço urbano. E nesse caso, como resposta da comunidade Brandão (2012) destaca a obrigatoriedade da homologação da Confederação Brasileira de Skate (CBSK) para homologação oficial da entidade em reformas e construções de *skateparks*, institucionalizando a relação entre poder público e prática esportiva legitimada por meio da entidade representativa, que surge com respaldo técnico e especializado na efetivação dessa política de financiamento.

De forma transversal, os estudos analisados evidenciam que os investimentos públicos em *skateparks* operam simultaneamente como mecanismos de incentivo e de regulação da prática. Embora ampliem o acesso à infraestrutura e contribuam para o reconhecimento social da modalidade, também introduzem normas, controles e formas de enquadramento institucional que redefinem as relações dos praticantes com o espaço urbano. Tal dinâmica foi observada em diferentes contextos analisados, ainda que assumindo configurações específicas em cada realidade investigada.

Para além dessa questão, os estudos constataam que os investimentos públicos ampliaram a infraestrutura especializada para o desenvolvimento da modalidade skate e, em muitos casos, contribuíram para sua legitimação social e esportiva. Contudo, esses processos também estiveram associados à normatização e à esportivização da prática, sem que isso implicasse a supressão das formas de resistência e apropriação autônoma construídas historicamente pelos praticantes, evidenciando o caráter contraditório e ambivalente que marca o skate contemporâneo.

Ainda assim, em todos os contextos analisados persistem tensões entre a institucionalização e resistência da prática, reafirmando que a cultura do skate não se reduz ao espaço delimitado pelos *skateparks*, mas continua a disputar sentidos e significados do uso criativo e contestatório das ruas das cidades.

4 A RELAÇÃO ENTRE O FINANCIAMENTO PÚBLICO E PRIVADO NO SKATE

O desenvolvimento do skate em diferentes contextos revela que a consolidação de sua infraestrutura e a promoção de eventos raramente dependeram exclusivamente do poder público. Em grande parte dos casos, a expansão da modalidade decorreu de arranjos híbridos entre financiamento estatal e privado, seja pela atuação direta de empresas na construção de pistas e organização de campeonatos, seja pela mobilização da comunidade em parceria com prefeituras e instituições locais. Essa combinação de interesses produz efeitos ambíguos: por um lado, amplia a oferta de equipamentos e legitima a prática perante a sociedade; por outro intensifica sua mercantilização e esportivização, transformando a prática em produto de consumo e ferramenta de marketing urbano.

Conforme argumenta Brohm (1982), é por meio da exposição pública, da televisão, da publicidade e das grandes plataformas de comunicação que o esporte amplia seu valor mercadológico, transformando eventos e práticas esportivas em produtos voltados à audiência e à circulação de marcas. Sob essa perspectiva, os investimentos híbridos identificados na literatura não apenas financiam a infraestrutura e os eventos da modalidade, mas também contribuem para sua inserção em circuitos de visibilidade, consumo e valorização mercadológica.

No caso da Austrália, Kellett e Russell (2009) destacam que os governantes locais (conselhos municipais) financiam e gerenciam a construção de *skateparks*, mas sem um programa estruturado, dependendo de parcerias de instituições privadas, como a Young Men's Christian Association (YMCA), que atua na administração dos *skateparks*, no gerenciamento e organização das atividades. Ainda no cenário australiano O'Keeffe e Jenkins (2022) destacam a relação entre dois tipos de organizações, os conselhos locais/municipais e as empresas de design e construção de *skateparks*, para a ampliação no número de instalações na Austrália. Enquanto a primeira financia a construção de *skateparks* com o intuito de mediar o desenvolvimento do esporte e o controle urbano, a outra ocupa uma fatia de mercado com interesse expressivo de mercado e menos da cultura esportiva. Os autores também citam que o custo para os projetos e para a instalação dos *skateparks*, é uma barreira para a ampliação de suas unidades, mesmo sendo um valor baixo, comparado com o investimento para outras práticas esportivas no país, marcando o skate como um esporte com financiamento periférico na política esportiva da Austrália.

No cenário dos Estados Unidos, a presença do setor privado é ainda mais marcante. O estudo de Atencio *et al.* (2019) destaca a crescente influência de interesses privados na prática do skate na Baía de São Francisco, no norte da Califórnia/EUA, que resulta da retração da presença do Estado, que passou a atuar como facilitador e intermediador em vez de provedor direto de políticas públicas para juventude e lazer, principalmente por meio do departamento de Parques e Recreação que articulam a construção e gestão de *skateparks* com o setor privado. Essa brecha estatal abriu espaço para que ONGs e empresas locais e multinacionais, financiem *skateparks*, promovendo discursos ligados à saúde, cidadania e desenvolvimento comunitário.

Na mesma direção de articulação entre corporações e espaços de prática, a análise de Cantin-Brault (2015) aborda a criação da *Street League Skateboarding* (SLS) em 2010, uma competição mundial patrocinada por grandes corporações como a Nike, transformando o maior evento mundial de skate em espetáculo rentável. O autor ainda destaca que desde 2013 a fundação da SLS fomenta a construção de parques públicos de skate, o que representa mais um modelo de financiamento que vem do setor corporativo para incentivo da modalidade.

Ainda no contexto americano, o estudo de Tsikalas e Jones (2018) aponta que, em cidades pequenas do Alabama, entre 2005 e 2007, as pistas foram construídas a partir de arranjos mistos entre prefeituras, associações comunitárias e patrocinadores privados. Muitas dessas instalações foram anexadas a complexos esportivos

já existentes, de modo a reduzir os custos de manutenção e gestão. Contudo os autores destacam que, embora essas iniciativas tenham ampliado o acesso à prática, o intuito desses projetos foi principalmente idealizado como forma de retirar skatistas das ruas e reduzir conflitos com pedestres e comerciantes.

Em contraste, o caso de Seattle, analisado por Carr (2010), mostra que a mobilização comunitária também foi capaz de conquistar apoio público e reconhecimento parcial. Projetos como o Burnside Skatepark (Portland) e o Marginal Way (Seattle), inicialmente construídos sem autorização oficial e que despontam como modelos de ocupação e reapropriação urbana conduzidos diretamente pelos usuários, passaram a receber repasses e reconhecimento após pressão dos skatistas, o que revela que o financiamento público-privado também pode surgir como resultado da agência comunitária, e não apenas como imposição do mercado. Decorrente da mobilização e ações dos skatistas foi criado o Comitê Consultivo de Skateparks, para o planejamento de um sistema municipal de *skateparks* viabilizados com recursos públicos e de fundações privadas. No entanto, os autores destacam que uma vez formalizados, esses espaços se integraram ao planejamento urbano, tornando-se parte de um sistema institucionalizado de parques, com regras e restrições definidas pelo poder público, tensionando mais uma vez a liberdade dos praticantes.

Nos estudos sobre cidades dos países europeus, como Suécia, Escócia e França, os arranjos se mostraram diversos. A cidade de Malmö, na Suécia, segundo Book e Éden (2021), tornou-se referência internacional ao incorporar o skate em sua estratégia de empreendedorismo urbano. O desenvolvimento da infraestrutura e logística de skate na cidade foi consistentemente um processo de colaboração e parceria da prefeitura com a comunidade de skatistas, juntamente com uma organização sem fins lucrativos, e também com entidades privadas. O investimento público, nesse caso, esteve articulado à promoção da imagem da cidade, transformando o skate em vitrine de *marketing* territorial.

Já na Escócia, Turner (2013) descreve a construção de um grande *skatepark* indoor em 2004, com área de 23.500 metros quadrados e custo de 1,4 milhão de libras, financiado pelo *SportScotland* que é a agência nacional de desporto do país, pela *Big Lottery Fund* responsável pela distribuição de fundos arrecadados pela Loteria Nacional do Reino Unido, que tem sua verba destinada a “boas causas”. Ambas instituições públicas, em parceria com instituições de caridade como o *Robertson Trust* que apoia soluções para impulsionar a mudança social. Embora o aporte público tenha sido majoritário, o modelo revela-se híbrido por envolver parceria de organizações privadas, com a destinação de recursos condicionada a contrapartidas sociais e educacionais. E, ainda que o projeto fosse apresentado como espaço de inclusão de grupos em situação de risco, promoção da saúde e atividades educativas e culturais voltado a crianças e jovens, também respondia, segundo o autor, ao interesse de disciplinar a prática considerada anárquica no espaço urbano.

Em Rouen, França, Machemehl *et al.* (2019) relatam que, desde os anos 1990, associações de skatistas buscaram tanto subsídios públicos quanto patrocínios empresariais para manter espaços de prática. Em Rouen, alguns

impasses aconteceram na década de 90 antes dos praticantes estarem a frente das intervenções, em 1998 por exemplo, os skatistas precisaram reformar uma pista após a prefeitura financiar uma construção mal feita. E em 2000, após a mobilização dos skatistas pela impossibilidade de praticar em dias de chuva, um galpão foi cedido pelo município para a construção de um *skatepark indoor*, com um acordo expresse de que a associação dos skatistas seria responsável por tornar viável a prática no espaço com recursos próprios. Porém, por interesses políticos o espaço foi fechado em 2002, e novamente por pressão dos skatistas, outro espaço foi cedido e aberto em 2003, com o mesmo tipo de acordo para manutenção, uma vez que este novo *skatepark indoor* ficava às margens de ferrovias e hangares abandonados.

No caso do Brasil, os arranjos público-privado revelam ainda maior complexidade. Os estudos de Brandão (2012, 2014) mostram que, mesmo quando houve investimento público em pistas de skate, a visibilidade esteve fortemente atrelada a patrocínios privados, a vinculação com mídia especializada e interesses do mercado esportivo da modalidade. No caso da Blumenau, Brandão (2016), analisa a primeira pista que foi construída em 1998, em parceria com a empresa Coca-Cola, em um momento de forte repressão à prática, que já vinha sendo constatada desde a década de 80, e culminou na lei municipal nº 5211 de 1999, que proibia a prática do skate nas calçadas da cidade. Em plena época de repressão do skate, o *skatepark* foi criado em um local privilegiado da cidade, devido a visibilidade requerida pela marca patrocinadora vinculada, em contraponto à percepção negativa do poder público e de moradores da cidade sobre a prática do skate. A descriminalização da prática em Blumenau só ocorreu em 2007 e mesmo com acesso a outros espaços específicos da cidade, o skate de rua se manteve como espaço de resistência.

Sobre o contexto histórico, o estudo de Olic (2014) reforça que o skate brasileiro se desenvolveu nas décadas de 1970 e 1980 principalmente pelo investimento de empresas privadas, sobretudo de fabricantes de equipamentos e revistas especializadas. Quando a crise econômica dos anos 1990 reduziu o aporte empresarial, a própria comunidade se organizou em entidades como a União Brasileira de Skate (USB) e a Associação Brasileira de Empresários de Skate (ABESK), que passaram a disputar espaço político e buscar alternativas de financiamento público, reduzindo a dependência direta do mercado.

Ainda sobre o contexto brasileiro Machado (2012, 2018, 2022) descreve as experiências de São Paulo, onde parcerias entre prefeitura, ONGs e empresas privadas viabilizaram eventos como o Circuito Sampa Skate e programas de formação de monitores para a modalidade. Essas iniciativas articulavam esporte, inclusão social e mercado de trabalho, ampliando a inserção institucional do skate, mas também reforça a lógica de esportivização. Brandão e Machado (2013) analisam ainda o megaevento da Mega Rampa no país, nos quais o predomínio dos investimentos privados foi acompanhado de aportes públicos municipais significativos, na edição de 2009 realizada em São Paulo e na edição de 2012 realizada no Rio de Janeiro, o que já mostrava a escala que o skate pode atingir quando incorporado ao espetáculo midiático, embora pouco retorno direto tenha sido observado para a comunidade local. Machado (2021) acrescenta que, no ano de 2010, a parceria público-privada

em São Paulo assumiu contornos ainda mais alinhados às propostas mercadológicas, com projetos de gentrificação, empresariamento urbano e espetacularização que instrumentalizaram o skate como ferramenta de requalificação de territórios, sem garantir a participação efetiva dos praticantes.

Um aspecto transversal identificado na produção científica analisada, refere-se à variação na natureza dos investimentos híbridos, sendo ambíguas as repercussões desses arranjos, na prática e na cultura do skate. Por um lado, ampliam a infraestrutura, profissionalizam atletas, oferecem oportunidades de inclusão social e aumentam a visibilidade da modalidade em escala global, por outro lado, ao associar o skate a interesses mercadológicos e políticos, reduzem o seu potencial contestatório e enfraquecem o *ethos* contracultural que marcou sua origem. Casos como a Street League Skateboarding nos Estados Unidos ou a Mega Rampa no Brasil, exemplificam como o financiamento privado e público-privado pode transformar o skate em espetáculo midiático, afastando-o de suas origens de rua e da cultura cotidiana dos praticantes. Em contrapartida, experiências como o Marginal Way em Seattle e da associação de praticantes em Rouen mostram que a mobilização dos skatistas é capaz de resistir à captura mercadológica, ainda que em algum momento dependa da legitimação estatal.

Dessa forma, podemos afirmar que o financiamento público-privado no skate se organiza em três grandes dinâmicas:

- a) a primeira é a complementaridade, em que recursos estatais e empresariais se somam para viabilizar projetos de inclusão e infraestrutura, como no caso da Escócia, São Paulo e Malmö;
- b) a segunda é a captura cultural da modalidade, quando empresas utilizam o skate como estratégia de marketing em mega eventos que enaltecem feitos inimagináveis ou governos que instrumentalizam a prática como ferramenta de controle urbano;
- c) a terceira dinâmica é a resistência, quando a comunidade cria alternativas autônomas, como no caso de Burnside e do Marginal Way, pressionando o Estado e o mercado a reconhecer sua legitimidade. Essas dinâmicas, que frequentemente coexistem, mostram que o desenvolvimento da modalidade depende tanto da atuação do poder público quanto do setor privado, contudo é sempre atravessada pela agência dos próprios praticantes.

Nesse sentido, ao interpretar o skate enquanto mercadoria à luz dos conceitos marxistas sistematizados por Netto (2015), no contexto de aprofundamento da reificação e do fetichismo no capitalismo contemporâneo, observa-se que tais relações não implicam a supressão das contradições estruturais do sistema nem a anulação da possibilidade de práxis coletiva. Ao contrário, essas contradições, inscritas na própria dinâmica da produção mercantil do esporte, podem tornar-se tensas, criando condições históricas para a contestação das formas reificadas de regulação e espetacularização a que estão subordinadas.

Assim, a relação entre financiamento público e privado no skate evidencia que a formalização e esportivização da modalidade são inseparáveis das condições

materiais que sustentam sua prática. Em diferentes escalas e contextos, os arranjos híbridos garantem a existência de pistas e eventos, mas também transformam o skate em mercadoria e espetáculo. Essa ambivalência reforça a condição paradoxal da cultura do skate, que cresce a partir de investimentos externos, mas preserva seu caráter contestatório ao tensionar continuamente as tentativas de captura e institucionalização.

5 CONSIDERAÇÕES

Os investimentos públicos e público-privados em *skateparks*, analisados em diferentes contextos nacionais e internacionais, revelam processos que ultrapassam a mera oferta de infraestrutura esportiva. Eles configuram arenas de disputa entre reconhecimento cultural e disciplinamento urbano, entre fomento estatal e captura mercadológica, entre a potência contracultural do skate e sua absorção por lógicas de espetacularização. As categorias desenvolvidas nesse trabalho, sobre investimento público e financiamento híbrido (público-privado), permitem compreender que, embora os aportes financeiros tenham ampliado a visibilidade da prática, também contribuíram para sua formalização e esportivização da modalidade, inserindo-a nas engrenagens do capitalismo esportivo contemporâneo.

No caso do skate, tanto os investimentos públicos, que buscam controlar e regular a presença juvenil nos centros urbanos, quanto os investimentos privados, que exploram a prática como nicho de mercado, convergem para produzir a esportivização, ainda que se possa dizer que para o Estado este objetivo era inicialmente uma consequência e não uma diretriz. Enquanto que os investimentos privados e a influência de organismos externos a seus praticantes formam forças motrizes na transformação do skate no sentido da esportivização e da sua presença no universo olímpico (Batuev, 2015).

A análise das duas categorias permite afirmar que a formalização e esportivização do skate são produtos diretos desses investimentos, seja como forma de organizar a juventude, controlar os usos do espaço urbano e legitimar gestões públicas por meio da entrega de equipamentos esportivos, seja pensando no skate como uma oportunidade de ampliar mercados, associando suas marcas a um público jovem e globalizado. Em ambos os casos, a cultura do skate é reconfigurada, por vezes ganha infraestrutura e reconhecimento, em outras, perde autonomia. A lógica é, em grande medida, aquilo que Melo (2011) chama de dominação burguesa do esporte, em que práticas sociais são moldadas segundo interesses do capital e do Estado.

Ainda assim, como mostram Gazeris (2023) e Wardhana e Ellisa (2023), a cultura do skate demonstra resiliência. Sua presença nas ruas, sua dimensão estética e sensorial e sua capacidade de organizar resistências comunitárias impedem que a prática seja totalmente capturada, mesmo diante da institucionalização olímpica.

Ou seja, a trajetória do skate evidencia tensões entre a preservação de elementos historicamente associados à modalidade, como autonomia, criatividade e

resistência cultural, e os processos de institucionalização e esportivização vinculados às estruturas formais do esporte moderno. Essas disputas tornaram-se mais evidentes com a inserção olímpica da prática, momento em que diferentes agentes passaram a disputar sua representação e seus sentidos sociais, tensionando continuamente sua identidade histórica e seus modos de organização.

Em síntese, a articulação entre investimento público e financiamento público-privado revela que o skate se tornou campo privilegiado para observar as tensões do esporte no século XXI. Essa dialética expressa o paradoxo contemporâneo do skate, ao mesmo tempo em que é reconhecido como esporte olímpico e vitrine urbana, continua a ser uma prática de resistência cultural, que tensiona permanentemente as fronteiras entre institucionalização e liberdade criativa.

Nesse sentido, a ampliação de iniciativas estatais e de arranjos público-privados voltados ao financiamento do skate, deve fomentar a produção acadêmica sobre políticas públicas e financiamento da modalidade, assim como sínteses sistemáticas que permitam identificar tendências analíticas, enfoques teóricos predominantes e lacunas investigativas no campo. Dessa forma, o skate constitui um objeto privilegiado para compreender as relações entre financiamento, institucionalização esportiva e disputas culturais no esporte contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ATENCIO, Matthew; WRIGHT, Missy E.; BEAL, Becky; MCCLAIN, Záneo. Urban skateboarding, social enterprise groups, and community capacity-building in the San Francisco Bay area. **Loisir et Société/Society and Leisure**, v. 42, n. 3, p. 432-449, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/07053436.2019.1682251>
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BATUEV, Mikhail. “Free sports”: organizational evolution from participatory activities to Olympic sports. 2015. Tese (Doutorado) – University of Stirling, Stirling, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1893/23173>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- BEAL, Becky; ATENCIO, Matthew; WRIGHT, E.; MCCLAIN, Zanean. Skateboarding, community and urban politics: shifting practices and challenges. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 9, n. 1, p. 11-23, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/19406940.2016.1220406>
- BÖES, Guilherme Michelotto; AMARAL, Augusto Jobim do. Skate e espaço público: profanações urbanas. In: GALGARO, Cleide; SANGALLI, Idalgo José (org.). **Ética, direitos humanos e socioambientalismo**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2018. p. 170-182.
- BOOK, Karin; EDEN, Susanne. Malmö – the skateboarding city: a multi-level approach for developing and marketing a city through user-driven partnerships. **International Journal of Sports Marketing and Sponsorship**, v. 22, n. 1, p. 164-178, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJSMS-05-2020-0101>
- BRANDÃO, Leonardo. Da cidade transfigurada à cidade transformada: culturas juvenis e a prática do skate (1970/1980). **História e Cultura**, v. 1, n. 2, p. 7-20, 2012. DOI: <https://doi.org/10.18223/hiscult.v1i2.734>

BRANDÃO, Leonardo. De Jânio Quadros a Luiza Erundina: uma história da proibição e do incentivo ao skate na cidade de São Paulo. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 49, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17861>. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRANDÃO, Leonardo. Entre a marginalização e a esportivização: elementos para uma história da juventude skatista no Brasil. **Record: Revista de História do Esporte**, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Record/article/view/778>. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRANDÃO, Leonardo. História da proibição do skate em Blumenau/SC (1999-2007). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 2, p. 724-743, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2016.2.22966>

BRANDÃO, Leonardo; MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. O skate na era dos megaeventos: a Mega Rampa e o espetáculo do Ilinx. **Record: Revista de História do Esporte**, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Record/article/view/6610>. Acesso em: 15 jan. 2026.

BROHM, Jean-Marie. **Sociología política del deporte**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1982.

CANTIN-BRAULT, Antoine. The reification of skateboarding. **International Journal of Sport Culture and Science**, v. 3, n. 1, p. 54-66, 2015. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/en/download/article-file/91773>. Acesso em: 15 jan. 2026.

CARR, John. Legal geographies—skating around the edges of the law: urban skateboarding and the role of law in determining young peoples' place in the city. **Urban Geography**, v. 31, n. 7, p. 988-1003, 2010. DOI: <https://doi.org/10.2747/0272-3638.31.7.988>

CBSk. **#SomosTodosCBSk**: A história da Confederação Brasileira de Skate, 2020. Disponível em: <https://cbsk.com.br/assets/docs/livro/somostodoscbsk-a-historia-da-confederacao-brasileira-de-skate.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2025.

DINCES, Sean. “Flexible opposition”: skateboarding subcultures under the rubric of late capitalism. **The International Journal of the History of Sport**, v. 28, n. 11, p. 1512–1535, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/09523367.2011.586790>

GALVÃO, Taís Freire; PANSANI, Thais de Souza Andrade; HARRAD, David. Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, n. 2, p. 335–342, jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>

GAZERES, Rhys. Challenging neoliberal sport: skateboarding as a resilient cultural practice. **Geography Compass**, v. 17, n. 1, e12671, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1111/gec3.12671>

GOMES, Leda Cavalcante; OLIVEIRA, Ana Cristina Guimarães de; BAHIA, Mirleide Chaar. Bicicross, patinação radical e skate: análise de políticas públicas de lazer acerca de espaços e equipamentos em Belém do Pará. **LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 19, n. 4, p. 258-297, 2016. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2016.20043>

HÖLSGENS, Sander; GLENNEY, Brian. **Skateboarding and the senses**: skills, surfaces, and spaces. Abingdon, Oxon: Routledge, 2025.

KELLETT, Pamm.; RUSSELL, Roslyn. A comparison between mainstream and action sport industries in Australia: a case study of the skateboarding cluster. **Sport Management Review**, v. 12, n. 2, p. 66–78, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.smr.2008.12.003>

- LEE, Eunsu; TAK, Minhyeok. From back streets to Olympic stage: the development of breaking and skateboarding in South Korea. **The International Journal of the History of Sport**, v. 42, n. 1, p. 62-82, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1080/09523367.2025.2465694>
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. De skate pela cidade: quando o importante é (não) competir. **Cadernos de Campo**, n. 21, p. 171-188, 2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v21i21p171-188>
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. Revolução periférica: a prática do skate no extremo leste paulistano. **Iluminuras**, v. 19, n. 47, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.89026>
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. Os enquadramentos da cidadinidade: sobre os impactos da prática do skate de rua na cidade de São Paulo. **Revista de Antropologia**, v. 64, n. 3, e189652, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189652>
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. Esporte, cidadinidade e política: disputas em torno dos sentidos da prática do skate de rua em São Paulo-SP. **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia**, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2022.i1.a46586>
- MACHEMEHL, Charly *et al.* The history of skateboarding in Rouen from the 1970s to today: three generations. **Loisir et société/Society and Leisure**, v. 42, n. 3, p. 420-431, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/07053436.2019.1682250>
- MELO, Marcelo, Paula de. **Esporte e dominação burguesa no século XXI**: a agenda dos organismos internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje. Rio de Janeiro, 2011. 344 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFRJ, 2011.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**: introdução ao estudo do fetichismo da mercadoria. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2015.
- O'KEEFFE, Patrick; JENKINS, Lulu Fawdon. “Keep your wheels off the furniture”: the marginalization of street skateboarding in the City of Melbourne’s “Skate Melbourne Plan”. **Space and Culture**, v. 28, n. 2, p. 150-168, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/12063312221096015>
- OLIC, Mauricio Bacic. Das ruas para os Jogos Olímpicos? Dinâmicas em torno da prática do skate. **Campos – Revista de Antropologia Social**, v. 15, n. 1, p. 75-96, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5380/campos.v15i1.43208>
- PAGE, Matthew J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 71, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- RAUPACH, Stefan. Reimagining skateboarding: space, meaning, and transportation in Vancouver. **Trail Six**, v. 8, p. 16, 2014. Disponível em: <https://trailsix.geog.ubc.ca/files/2017/03/Volume-8-Trail-Six.pdf> Acesso em: 15 jan. 2026.
- ROSS, Sara Gwendolyn. “No skateboarding allowed”: municipal bylaws, urban common and public property, and the regulation of “undesirable” or “disruptive” use. **Fordham Urban Law Journal**, v. 50, n. 1, p. 27, 2022. Disponível em: <https://ir.lawnet.fordham.edu/ulj/vol50/iss1/2>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- SHANNON, Charlene S.; WERNER, Tara L. The opening of a municipal skate park: exploring the influence on youth skateboarders' experiences. **Journal of Park & Recreation Administration**, v. 26, n. 3, p. 39-58, 2008.

TSIKALAS, Stephen G.; JONES JR, Mark Allen. Creating skateboarding spaces or corralling skaters? The rise of public skateparks in rural Northeast Alabama. **The Geographical Bulletin**, v. 59, n. 1, p. 55-69, 2018. Disponível em: <https://digitalcommons.kennesaw.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1187&context=thegeographicalbulletin>. Acesso em: 15 jan. 2026.

TURNER, Daniel. The civilized skateboarder and the sports funding hegemony: a case study of alternative sport. **Sport in Society**, v. 16, n. 10, p. 1248–1262, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/17430437.2013.821256>

WARDHANA, Nabila; ELLISA, Evawani. Youth tactics of urban space appropriation: case study of skateboarding and graffiti. **Journal of Asian Architecture and Building Engineering**, v. 23, n. 1, p. 465-481, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/13467581.2023.2232837>

Abstract: This study aimed to analyze public and public–private investments in skateboarding. To this end, a systematic review was conducted following the PRISMA 2020 protocol, using national and international databases and considering publications from 2003 onward, the year in which the International Skateboarding Federation (ISF) was conceived. Articles published in Portuguese and English that addressed skateboarding and funding policies were included and analyzed through categories created a posteriori. The findings indicate that financial investments expanded the infrastructure for skateboarding, but also operated as mechanisms of urban disciplining and sportivization of the practice, with international evidence of investments structured through hybrid (public–private) arrangements. The study concludes that such investments constitute a field of tensions between cultural resistance, market capture, and political legitimation of skateboarding.

Keywords: Skateboarding. Public policies. Funding.

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo analizar las inversiones públicas y público-privadas en el skate. Para ello, se realizó una revisión sistemática siguiendo el protocolo PRISMA 2020, en bases de datos nacionales e internacionales, considerando publicaciones a partir de 2003, año de idealización de la *International Skateboarding Federation* (ISF). Se incluyeron artículos en portugués e inglés que abordaban el skate y las políticas de financiamiento, analizados mediante categorías creadas a posteriori. Los resultados indican que los aportes financieros ampliaron la infraestructura para la modalidad, pero también operaron como mecanismos de disciplinamiento urbano y de deportivización de la práctica, con incidencia internacional de inversiones estructuradas en configuraciones híbridas (público-privados). Se concluye que tales inversiones configuran un campo de tensiones entre resistencia cultural, captura mercantil y legitimación política de la modalidad.

Palabras clave: Skate. Políticas públicas. Financiamiento.

LICENÇA DE USO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja corretamente citado. Mais informações em: <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declararam que não existe nenhum conflito de interesses neste trabalho.

CONTRIBUIÇÕES AUTORAIS

Gabriela Cardoso Machado: Conceitualização; Metodologia; Investigação; Análise formal; Curadoria de dados; Validação; Visualização; Escrita – rascunho original.

Ana Kelly de Moraes Silva Belato: Curadoria de dados; Validação; Redação – revisão e edição.

Fernando Mascarenhas: Administração do projeto; Supervisão; Recursos; Conceitualização; Validação; Redação – revisão e edição.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Os dados de pesquisa só estão disponíveis mediante solicitação.

COMO REFERENCIAR

MACHADO, Gabriela Cardoso; BELATO, Ana Kelly de Moraes Silva; MASCARENHAS, Fernando. Políticas de investimento para o skate: tensões entre resistência cultural, captura mercadológica e legitimação política da modalidade.

Movimento, v. 32, e32058, jan./dez. 2026. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.153615>

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

 Alex Branco Fraga*

 Elisandro Schultz Wittizorecki*

 Mauro Myskiw*

 Raquel da Silveira*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, RS, Brasil.